

Semana Nacional da Matrícula *Educação*

10 FEB 1998

ESTADO DE SÃO PAULO

O Ministério da Educação, em cooperação com os governos estaduais e prefeituras, está realizando, do dia 7 a 14, a Semana Nacional da Matrícula, esforço concentrado para garantir que o maior número possível de crianças ingresse ou se mantenha na escola este ano. De acordo com o censo de 1996, havia 2,7 milhões de crianças de 7 a 14 anos fora da escola, ou 9% da população nessa faixa etária. O MEC estima que esse número tenha caído para 1,8 milhão, em 1997. A meta do governo é matricular, nesta semana, entre 300 e 400 mil crianças, reduzindo para cerca de 1,5 milhão, ou 5% da faixa etária, o número de crianças fora da escola. Continuarão sendo muitas. Diminuir esse número requer uma abordagem que não é meramente quantitativa. Hoje, o problema maior enfrentado pelas crianças nem é a oferta de vagas, mas uma conjunção de fatores que envolve qualidade de vida e de ensino: a necessidade do trabalho infantil, a evasão e a repetência escolares. O presidente prometeu destinar R\$ 500 milhões da receita das concessões da banda B da telefonia celular para ajudar a custear o programa Toda Criança na Escola. Essa é uma exceção à política de empregar todo o dinheiro das privatizações na redução da dívida. O Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação também deverá

destinar recursos para o programa, que oferece ajuda complementar a Estados e municípios, nos esforços de aumentar o número de crianças no ensino fundamental (1.^a a 8.^a séries).

O MEC definiu como prioridades dois tipos de projeto: aceleração da aprendizagem e ampliação da rede física. O primeiro visa a atacar tanto a repetência quanto a evasão. De acordo com o MEC, 63% dos alunos do ensino fundamental têm idade superior à série em que deveriam estar. Os alunos levam em média 11,2 anos para cursar as oito séries desse grau. Esse é um forte fator de desestímulo à criança, ao adolescente e aos pais, que tendem a julgar que o esforço de manter os filhos na escola não compensa. A repetência, assim, se torna uma das principais causas da evasão. Em média, 15% dos alunos matriculados deixam a escola antes do final do ano letivo. O programa de aceleração de aprendizagem, que envolve a criação de classes especiais para alunos acima da idade, inclui recursos para a capacitação de professores e material didático. O MEC também financiará a ampliação, reforma e conclusão de prédios e equipamentos, nas redes estaduais e municipais, para atender às classes emergenciais formadas com as matrículas realizadas nesta semana.

O programa Toda Criança na Escola complementa o Fundo de Manutenção do Ensino Fundamental, novo sistema de distribuição de verbas, baseado no número de matrículas nas redes estaduais e municipais. Ambos servem como estímulos para os municípios assumirem a sua tarefa de oferecer educação básica. A rede pública – estadual e municipal – responde maciçamente pela oferta de vagas para o ensino fundamen-

tal: 91,9%, enquanto as escolas privadas cobrem os restantes 8,1%. É do poder público que deve vir o esforço para aumentar o nível de escolaridade da população. Segundo dados de 1995, o homem brasileiro estuda, em média, 5,4 anos e a mulher, 5,7. Esses dados, combinados com o alto grau de repetência, resultam no baixo nível de educação, que compromete, cada vez mais, a capacidade do País de gerar riqueza e de competir no mercado internacional.

Ao lado dos problemas da qualidade do ensino, da repetência e da oferta de vagas, há ainda a questão do trabalho infantil, um problema socioeconômico que não será definitivamente eliminado sem o aumento da renda das famílias mais pobres, depen-

dendo, em última análise, do processo de desenvolvimento do País. O governo tem executado, numa escala ainda muito pequena, programas que associam a oferta de ajuda de custo às famílias à manutenção das crianças na escola, junto com um tra-

balho de fiscalização, para reprimir os casos mais aberrantes de exploração do trabalho infantil. Será preciso fazer muito mais.

O País começa a criar as condi-

ções para reverter o déficit educacional que o castiga há gerações. O sistema de distribuição de verbas que está sendo montado pelo MEC tem o mérito de focalizar o problema, ao apontar os municípios como os gestores preferenciais do ensino fundamental, como, aliás, recomenda a Constituição. As prefeituras são a esfera política mais próxima dos cidadãos. A participação da comunidade, por intermédio de seus representantes nos conselhos municipais de educação, formados para acompanhar a gestão dos recursos, passa a ser decisiva. Assim como a atenção dos eleitores ao desempenho das autoridades municipais nesse que é o setor crucial para o desenvolvimento do Brasil.

Programa do governo procura estimular, com destinação de verbas especiais, aumento de vagas